

5 DEZ 1989

ESTADO DE SÃO PAULO

# Crédito especial pode aumentar

---

As Forças Armadas, que tiveram corte de NCz\$ 350 milhões, seriam beneficiadas

---

**BRASÍLIA** — A Comissão Mista de Orçamento do Congresso começou ontem a votar os 64 relatórios parciais referentes ao projeto do Executivo para o orçamento de 1990. Até o final da tarde, o presidente da comissão, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), não tinha a confirmação sobre a intenção dos parlamentares de aumentar a programação especial — conjunto de emendas condicional a eventual excesso de arrecadação — de NCz\$ 1 bilhão para NCz\$ 1,5 bilhão. A elevação pretendida tem origem nos cálculos dos técnicos da comissão e do depu-

tado César Maia (PDT-RJ), pelos quais, com a aplicação do redutor de 10% sobre as despesas, haveria em 1990 sobra de NCz\$ 1,8 bilhão a preços de maio deste ano.

Segundo Cid Carvalho, qualquer ganho que for obtido poderá ser aproveitado para anular os cortes propostos — de 5% sobre todos os investimentos — pelo relator deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA). Entre os setores beneficiados estariam as Forças Armadas, que tiveram corte global de NCz\$ 350 milhões. A maior preocupação de Carvalho, porém, é manter o redutor como um instrumento de flexibilidade a ser utilizado pelo futuro presidente da República. O problema é que a maioria dos integrantes da comissão está pensando nos seus interesses eleitorais, elaborando emendas que favorecem

seus redutos políticos com vistas às eleições parlamentares de outubro do ano que vem.

## ESVAZIAMENTO

Desde ontem a Comissão Mista de Orçamento está trabalhando a pleno vapor, com votações a partir das 18 horas, sem horário para terminar. Como no ano passado, os trabalhos deverão se estender pela madrugada. O presidente da comissão deve entregar até sexta-feira o projeto de orçamento para o presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ). Carneiro é quem deverá marcar a sessão conjunta do Congresso para votar a lei até o dia 15. Para acelerar os trabalhos, as lideranças pretendem convocar o mínimo de sessões plenárias possível para evitar o esvaziamento da discussão sobre o orçamento.